



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região
2005

**Juiz do Trabalho
Substituto**

**Prova Escrita Objetiva
Etapa 2**

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, **obrigatoriamente**, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 3 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva* , para posterior exame grafológico, se necessário:
"Não ajudarás o assalariado se arruinares aquele que o paga".
- 4 - **DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5 - Na prova há **50 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
- 6 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 10.7 do edital regulador do concurso.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que **não** poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a **não-observância** dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - A prova está assim constituída:

| Disciplinas | Questões |
|-------------------------------------|----------|
| Direito Constitucional | 01 a 13 |
| Direito Civil | 14 a 25 |
| Direito Processual Civil | 26 a 35 |
| Direito Penal | 36 a 40 |
| Direito Comercial | 41 a 45 |
| Direito Internacional e Comunitário | 46 a 50 |

Boa Prova!

DIREITO CONSTITUCIONAL

01- Assinale a opção correta.

- a) Com o advento de uma nova Constituição, normas da Constituição anterior que sejam compatíveis com o novo diploma continuam a vigorar, embora com força de lei complementar.
- b) Chama-se Constituição outorgada aquela que é votada pelos representantes do povo especialmente convocados para elaborar o novo Estatuto Político.
- c) Normas de lei ordinária anteriores à nova Constituição que sejam com essa materialmente compatíveis são tidas como recebidas, mesmo que se revistam de forma legislativa que já não mais é prevista na nova Carta.
- d) Assentou-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que as normas anteriores à Constituição com essa materialmente incompatíveis são consideradas inconstitucionais e, não, meramente revogadas.
- e) Admite-se pacificamente entre nós a invocação do direito adquirido contra norma provinda do poder constituinte originário.

02- Considere a seguinte situação: uma lei concede aos integrantes de uma dada carreira (carreira A) do funcionalismo público uma certa gratificação. Os integrantes da carreira B não foram contemplados com a benesse, embora exerçam, comprovadamente, atividades coincidentes com as da carreira A. Os servidores da carreira B postulam em juízo a extensão a eles da mesma vantagem. Nesse quadro, assinale a opção correta.

- a) A sentença deverá declarar a inconstitucionalidade da lei, por ferir a isonomia, e conceder aos autores o que pleiteiam.
- b) A sentença não deverá declarar a inconstitucionalidade da lei, mesmo que seja óbvia a quebra da isonomia, e deverá denegar o pedido.
- c) A sentença deverá declarar a inconstitucionalidade da lei por ferir a isonomia, mas negar o pedido.
- d) A sentença não deverá declarar a inconstitucionalidade da lei, mas deverá acolher o pedido, com fundamento no princípio da isonomia.
- e) A sentença deverá julgar o pedido improcedente, porque o princípio constitucional da isonomia se dirige ao legislador, e, não, ao aplicador do direito.

03- Considere as seguintes situações e assinale a opção correta.

- I. Uma lei estabelece que o vencimento-base dos servidores públicos de um Estado-membro haverá sempre de ser complementado, para alcançar o salário-mínimo vigente, mesmo que a remuneração total do servidor exceda esse valor.
 - II. Uma sentença determina a utilização do salário-mínimo como base de cálculo de adicional de insalubridade.
 - III. Uma sentença fixa indenização por dano moral em número de salários-mínimos, como forma de expressar o valor inicial da condenação, a ser atualizado, se for o caso, conforme os índices oficiais da correção monetária.
 - IV. Uma lei fixa o valor de multa administrativa em número de salários-mínimos.
- a) Todos os atos são contrários à Constituição.
 - b) Apenas um desses atos é contrário à Constituição.
 - c) Apenas dois desses atos são contrários à Constituição.
 - d) Apenas três desses atos são contrários à Constituição.
 - e) Nenhum desses atos é contrário à Constituição.

04- Suponha que três indivíduos tenham sido denunciados perante órgãos da Administração Pública. Por conta das denúncias, eles podem até vir a ser processados criminalmente. Os três indivíduos desejam conhecer a identidade do seu denunciante, mas isso lhes é negado pelos mesmos órgãos da Administração Pública. Assinale a ação constitucional de que podem se valer para exigir a revelação da identidade do denunciante.

- a) Mandado de segurança individual
- b) Mandado de segurança coletivo
- c) *Habeas corpus*
- d) *Habeas data*
- e) Ação popular

05- Assinale a opção correta.

- a) A Constituição veda todo tratamento diferenciado entre brasileiros que tome como critério o sexo, a etnia ou a idade dos indivíduos.
- b) O direito à incolumidade física expressa caso de direito fundamental absoluto.
- c) A liberdade de expressão garantida pela ordem constitucional diz respeito à atividade de comunicação de fatos verídicos, atuais ou históricos, não alcançando as opiniões em torno deles.
- d) A publicação da fotografia de alguém, que causa constrangimento e aborrecimento, pode ensejar indenização por danos morais.
- e) É nulo o processo em que se produz prova ilícita, mesmo que nele haja outras provas, não decorrentes da prova ilícita, que permitam a formação de um juízo de convicção sobre a causa.

06- Em que caso haverá invasão ilícita de domicílio:

- a) um agente público, munido de determinação judicial, força a sua entrada, à noite, na casa de um cidadão, para realizar uma busca e apreensão.
- b) um agente público ingressa na casa de um cidadão, à noite, em seguida a consentimento oral do morador.
- c) um transeunte, que é médico, força a entrada na casa de um cidadão, depois que vizinhos desse lhe narram que o morador está passando mal e não tem como solicitar socorro por si mesmo.
- d) um particular, para libertar pessoas seqüestradas, que se encontram cativas em uma residência, nela força a sua entrada, mesmo com a oposição do morador e sem mandado judicial.
- e) em seguida a uma enchente, que causa destruição e mortes, particulares ingressam, à noite, numa das casas atingidas pela calamidade, em busca de feridos, mesmo sem autorização judicial.

07- Assinale a assertiva errada.

- a) A garantia constitucional da ampla defesa possui um conteúdo mínimo que se impõe aos poderes públicos mesmo que não haja lei disciplinando os seus pormenores.
- b) Não há afronta à garantia da ampla defesa no indeferimento, pelo juiz, de prova desnecessária.
- c) A garantia da ampla defesa somente tem incidência nas relações jurídicas em que o Estado delas participe.
- d) A garantia da ampla defesa deve ser observada nos processos administrativos que resultam em demissão de servidor público, civil ou militar, estável ou não.
- e) Tanto o *habeas corpus* como o mandado de segurança podem ser instrumentos idôneos, conforme o caso, para impugnar decisões de autoridade pública com fundamento na ofensa à garantia da ampla defesa.

08- Assinale a opção correta.

- a) Para haver a responsabilidade civil do Estado é imprescindível que esteja patente o nexo de causalidade, direto ou indireto, entre a ação ou a omissão atribuída a seus agentes e o dano causado a terceiro.
- b) O direito de regresso contra o agente público responsável por dano ensejador de responsabilidade civil do Estado somente se dá em caso de comportamento doloso do agente, não se configurando na hipótese de o servidor ter agido apenas com culpa em sentido estrito.
- c) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva quer em relação aos usuários do serviço, quer em relação a pessoas outras que não ostentem a condição de usuário.
- d) Não existe responsabilidade civil do Estado por ato lícito.
- e) Tratando-se de ato omissivo do poder público, a responsabilidade civil do Estado por esse ato é subjetiva, exigindo demonstração de dolo ou culpa em sentido estrito.

09- Suponha que o STF haja declarado, numa ação direta de inconstitucionalidade, a inconstitucionalidade de norma do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que permitia seqüestro de bens de prefeituras que atrasassem o pagamento de débitos trabalhistas resultantes de decisões transitadas em julgado. Assinale a opção correta.

- a) Caberá reclamação perante o STF contra a aplicação de norma idêntica à declarada inconstitucional, constante do Regimento Interno de outro Tribunal do Trabalho, mesmo que tal norma desse TRT não tenha sido, ela própria, objeto explícito de ação direta de inconstitucionalidade.
- b) O legislador ordinário está proibido constitucionalmente de editar lei com o mesmo teor da regra julgada inconstitucional.
- c) Em decorrência da decisão, somente os débitos trabalhistas resultantes de decisões que hajam transitado em julgado depois da decisão do STF deixam de ensejar o seqüestro de bens, caso haja o atraso.
- d) Essa decisão do STF somente contará com efeitos *erga omnes* depois de o Senado Federal suspender a norma do Regimento Interno declarada inconstitucional.
- e) Nada impede, juridicamente, que, apesar da decisão, o TST reedite a mesma norma, no ano seguinte à prolação do acórdão do STF.

10- Assinale a opção correta.

- a) Uma ação direta de inconstitucionalidade que tenha sido proposta por partido político que tinha representação no Congresso Nacional, mas que a perde antes do julgamento de mérito da demanda, deve ser julgada prejudicada.
- b) Governadores de Estado têm legitimidade para propor ação declaratória de constitucionalidade tendo por objeto lei federal.
- c) Leis estaduais e municipais podem ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade proposta pelo Presidente da República.
- d) A Constituição veda aos tribunais regionais do trabalho exercer o controle incidental de constitucionalidade de leis estaduais ou municipais.
- e) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil somente tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade contra leis que interfiram diretamente nos afazeres, direitos e prerrogativas dos advogados.

11- A respeito de uma lei que haja sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade, assinale a opção correta.

- a) Nada impede que um juiz de primeiro grau afirme válida a mesma lei, ao julgar um caso concreto.
- b) Mesmo diante da declaração de inconstitucionalidade do STF, um tribunal de segunda instância somente pode deixar de aplicar a lei declarada inconstitucional depois de suscitado e julgado, pelo Plenário ou órgão especial do mesmo tribunal, o incidente de inconstitucionalidade.
- c) O Congresso Nacional fica proibido de editar outra lei de igual teor.
- d) Não pode vir a ser declarada constitucional, pelo próprio STF, em julgamento posterior, por meio de controle incidental.
- e) Pode vir a ser declarada válida, se o STF julgar procedente ação rescisória contra a decisão tomada na ação direta de inconstitucionalidade.

12- A respeito da ação direta de inconstitucionalidade no STF, assinale a opção incorreta.

- a) Leis revogadas antes da propositura da ação direta de inconstitucionalidade não são objetos idôneos dessa demanda.
- b) Na ação direta de inconstitucionalidade, a atividade judicante do STF está condicionada pelo pedido, mas não pela causa de pedir, que é tida como “aberta”.
- c) O Advogado-Geral da União deve participar, necessariamente, tanto da ação direta de inconstitucionalidade como da ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- d) O requerente não pode desistir da ação direta de inconstitucionalidade que haja proposto.
- e) Leis de efeito concreto não constituem objeto idôneo da ação direta de inconstitucionalidade.

13- Um dos instrumentos característicos da Federação é a intervenção federal. Assinale a opção que contém afirmação incorreta sobre a intervenção federal.

- a) A intervenção para garantir o livre exercício do Poder Legislativo de um Estado-membro depende de solicitação ao Presidente da República do poder coacto.
- b) Cabe ao STF julgar a representação para fins interventivos, por descumprimento, pelo Estado-membro, de princípio constitucional sensível.
- c) Sujeita-se a intervenção federal o Estado-membro que deixar de aplicar o mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais nas ações e serviços públicos de saúde.
- d) Cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar a representação do Procurador-Geral da República para fins interventivos, no caso de recusa à execução de lei federal.
- e) A intervenção federal em Município, situado em Estado-membro, por descumprimento de decisão trabalhista, não pode ser recusada pelo Presidente da República, se lhe for requisitada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

DIREITO CIVIL

14- O princípio da continuidade assim se enuncia:

- a) a norma revogada continua vinculante para os casos anteriores à sua revogação.
- b) a norma atinge os efeitos de atos jurídicos praticados sob o império da lei revogada.
- c) não se destinando à vigência temporária, a norma estará em vigor enquanto não surgir outra que a altere ou revogue.
- d) há incompatibilidade entre a lei nova e a antiga, se a nova regular inteiramente a matéria tratada pela anterior.
- e) a norma só obriga no espaço nacional, ou seja, no seu território, mas suas águas e na sua atmosfera.

15- Assinale a opção errônea.

- a) A data provável do óbito, fixada em sentença, demarcará o *dies a quo* em que a declaração judicial de morte presumida sem decretação de ausência irradiará efeitos jurídicos.
- b) As associações públicas são consórcios públicos que não têm personalidade jurídica de direito público, apesar de conjugarem esforços de entidades públicas, que firmam acordos para a execução de um objeto de finalidade pública.
- c) Os usuários de psicotrópicos, que sofram redução na sua capacidade de entendimento, não poderão praticar atos na vida civil sem assistência de um curador, desde que interditos.
- d) O tutor, cujo tutelado é menor com idade de 16 anos, deverá para emancipá-lo requerer sua emancipação ao magistrado, que a concederá mediante sentença, hipotese em que se terá emancipação judicial.
- e) O Código Civil de 2002 admite a pluralidade domiciliar.

16- A lesão especial acarreta anulabilidade do negócio, permitindo-se, porém, para evitá-la:

- a) a dispensa da verificação do dolo da parte que se aproveitou.
- b) a comprovação da culpabilidade do beneficiado e apreciação da desproporção das prestações, segundo valores vigentes ao tempo da celebração do negócio pela técnica pericial.
- c) a prova da premência de necessidade da inexperiência e da desproporção das prestações.
- d) a oferta de suplemento suficiente, inclusive em juízo, para equilibrar as prestações, evitando enriquecimento sem causa, ou se o favorecido concordar com a redução da vantagem, aproveitando, assim, o negócio.
- e) a prova da existência de um risco pessoal que diminui a capacidade da parte de dispor livre e conscientemente.

17- Uma casa de madeira, que pode ser retirada de seus alicerces, para ser fixada em local diverso do original, é considerada:

- a) bem móvel por antecipação.
- b) bem imóvel.
- c) bem semovente.
- d) bem móvel por natureza.
- e) bem imóvel por determinação legal.

18- "A", "B" e "C" são credores solidários de "D", que lhes deve R\$ 60.000,00. Com o óbito de "A", seus herdeiros "E" e "F" poderão reclamar:

- a) da quota do crédito do *de cujus* (R\$ 20.000,00), a metade relativa ao quinhão hereditário de cada um, ou seja, R\$ 10.000,00.
- b) a prestação por inteiro, por haver solidariedade.
- c) a totalidade do crédito, pois "B" e "C" terão por direito de regresso a quota que lhes seria cabível.
- d) o total do crédito solidário, ante a indivisibilidade da prestação devida.
- e) por inteiro o *quantum* devido, visto que não agem em conjunto.

19- O princípio do *concurso partis fiunt*:

- a) decorre da presunção legal de que, em caso de multiplicidade de devedores ou de credores em obrigação divisível, tal obrigação está dividida em tantas obrigações iguais e distintas quantos forem os credores e devedores, de modo que advém do concurso de mais participantes numa mesma obrigação, e por ele nenhum credor poderá pedir senão a sua parte, nenhum devedor está obrigado senão pela sua parte.
- b) é próprio da indivisibilidade da obrigação, que não comporta sua cisão em várias obrigações parceladas distintas.
- c) requer que, uma vez cumprida parcialmente a prestação, o credor não obtenha nenhuma utilidade ou obtenha a que não representa a parte exata da que resultaria do adimplemento integral.
- d) confere a cada co-credor, sendo indivisível a obrigação, o direito de exigir em dinheiro, daquele que recebe a prestação por inteiro, a parte que lhe caiba no final.
- e) se aplicado for, não operará a extinção da dívida, visto que o vínculo obrigacional sofrerá uma diminuição em sua extensão, uma vez que se desconta em dinheiro a quota no remitente.

20- A doação de imóvel a duas pessoas, dando a uma delas o direito de usá-lo durante dez anos e à outra a partir dessa época, é tida como:

- a) doação inoficiosa.
- b) doação com cláusula de reversão.
- c) doação sob forma de subvenção periódica.
- d) doação a termo.
- e) doação modal.

21- Assinale a opção falsa.

- a) Se alguém, mensalmente, adquirir de outrem certo objeto, na falta de definição do preço ou de critério para sua determinação, inexistindo tabelamento oficial, o negócio não será ineficaz, pois os contratantes sujeitar-se-ão ao preço corrente nas vendas habituais do vendedor.
- b) Se a coisa foi oportunamente oferecida pelo vendedor ao comprador, que não a quis receber, ele suportará os riscos da coisa, por estar em mora.
- c) A preempção convencional é a cláusula pela qual o adquirente de coisa móvel ou imóvel terá o dever de oferecê-la, por meio de notificação, judicial ou extrajudicial, a quem lha vendeu, para que esse use de seu direito de prelação em igualdade de condições com terceiro, no caso de pretender vendê-la ou dá-la em pagamento.
- d) Na venda a vista só se entrega o objeto vendido mediante pagamento do preço.
- e) O contrato de compra e venda serve de *titulus adquirendi*, gerando, por isso, entre os contratantes um direito real.

22- A cooperativa:

- a) tem, por força legal, a natureza de sociedade simples, o que a impedirá de ser sócia de qualquer tipo societário e de prestar serviços, voltados ao atendimento de seus sócios, impossibilitando o exercício de uma atividade econômica comum.
- b) apresenta indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, mesmo que haja dissolução da sociedade, para reforçar o patrimônio cooperativo e assegurar aos credores a integridade de seus créditos.
- c) impõe responsabilidade ao cooperado, que só poderá ser limitada.
- d) tem por característica a invariabilidade ou impossibilidade de dispensa do capital social, desde que estipulada no ato constitutivo.
- e) disciplinar-se-á em caso de omissão de lei especial pelos artigos 986 a 996 do novo Código Civil, alusivos à sociedade em comum.

23- Aponte a opção correta.

- a) O novel Código Civil não prevê a possibilidade de administração da sociedade por mandato tácito.
- b) A sociedade simples não se dissolverá se ocorre cassação da autorização para seu funcionamento.
- c) O contrato social poderá prever que a sociedade simples se dissolverá por implemento de certa condição resolutiva, por insuficiência de capital para atingir o fim por ela perseguido ou por desfalque no capital social.
- d) Na sociedade em comandita simples, os sócios comanditados (pessoas físicas ou jurídicas) obrigam-se pelos fundos com que entraram para a sociedade.
- e) Na sociedade limitada os sócios poderão contribuir para a formação do capital social com bens, dinheiro, crédito e serviços.

24- Assinale a opção verdadeira.

- a) O credor que se sentir lesado pela incorporação, fusão ou cisão societária poderá, sob pena de prescrição, dentro de cento e oitenta dias, contados da publicação desses atos, pleitear em juízo anulação dos negócios reorganizativos.
- b) O benefício de ordem não é decorrência lógica da personificação da sociedade, pois ela terá personalidade distinta da de seus membros, responsabilizando-se primeiro pelos débitos sociais.
- c) O liquidante de sociedade dissolvida poderá, a qualquer tempo, ser destituído mesmo que não haja deliberação majoritária dos sócios que o elegeram.
- d) Com o trespassse, o estabelecimento passa a integrar o patrimônio do adquirente, logo não será necessária, para sua eficácia, a tutela dos interesses dos credores, mesmo que o preço contratado seja insuficiente para a cobertura dos débitos sociais.
- e) Durante o biênio legal, contado da averbação de modificação do contrato social no competente Registro Civil das Pessoas Jurídicas, relativa à cessão de quota social, ficará afastado o princípio *concurso partes fiunt*, pois tanto o cessionário como o cedente responderão, perante terceiros e a sociedade, *in totum et totaliter*, pelo inadimplemento dos deveres societários.

25- A analogia *juris*:

- a) surge do fato de que as notas, que trazem a tônica da semelhança de um objeto a outro, convenham ao segundo em grau distinto do primeiro.
- b) é o argumento consistente em ter por ordenado ou permitido, de modo implícito, algo menor do que o que está determinado ou autorizado *expressis verbis*.
- c) parte do fato de que uma disposição normativa inclui certo comportamento num modo deôntico, excluindo-se de seu âmbito qualquer outra conduta, isto é, um comportamento "C" estando proibido, qualquer conduta "Não – C" está permitida.
- d) estriba-se num conjunto de normas, para extrair elementos que possibilitem sua aplicabilidade ao caso concreto não contemplado, mas similar.
- e) consiste em passar da validade de uma disposição normativa menos extensa para outra mais ampla, necessitando-se, para tanto, do auxílio de valorações.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

26- Sobre a ação de oposição, é incorreto afirmar:

- a) os réus na ação de oposição, assim como ocorre com a reconvenção, são citados na pessoa dos seus advogados para que ofereçam contestação, apresentando para tanto procuração com poderes especiais para receberem a citação.
- b) a citação do oposto réu, que é revel na ação principal, deve ser realizada pelo correio, oficial de justiça ou edital, conforme as circunstâncias apresentadas.
- c) o prazo para os réus opostos apresentarem contestação é de quinze dias, não se aplicando o benefício do prazo em dobro permitido quando os réus apresentam advogados diferentes.
- d) no prazo de defesa, os réus opostos apresentaram, como forma de defesa, a contestação e a reconvenção, não podendo fazer o mesmo com relação à exceção de incompetência em razão da sua prorrogação.
- e) na ação de oposição, há a formação de litisconsorte passivo, necessário e simples, visto que a decisão judicial atingirá de forma diferente cada um dos réus.

27- Maria ajuizou ação de reparação de danos em face de João, em decorrência de acidente automobilístico. Postulou, ao final, danos materiais orçados em trinta mil reais e os morais no valor de vinte mil reais. Ao ser citado, João apresentou defesa.

Assinalar a proposição correta.

- a) No prazo de defesa, João denunciou à lide a seguradora, considerando a responsabilidade decorrente do estabelecido no contrato entre ele, segurado, e a seguradora, cuja exigência para que ocorresse a cobertura do seguro era o seu pagamento regular, o que já tinha sido comprovado.
- b) Na contestação, João argüiu que o valor postulado pelo autor a título de danos morais e materiais superava o permitido em sede de procedimento sumário, o que se justifica o deferimento da conversão do procedimento sumário para o ordinário.
- c) No prazo de sua defesa, João apresentou reconvenção postulando a condenação do autor embasada nos mesmos fatos descritos na inicial.
- d) João também postulou na contestação a conversão do sumário em ordinário por constatar que a causa exigia a produção de prova complexa, o que não se coaduna com os princípios norteadores do procedimento sumário. Em audiência, o juiz indeferiu a conversão alegando ser a prova simples e o réu, irredimido, interpôs recurso de agravo de instrumento, postulando tal conversão.
- e) Na audiência, o autor postulou a produção da prova pericial, por ser ela simples, sustentando a sua necessidade e argumentando não ter ocorrido a preclusão desse pleito, visto que poderá o juiz determinar de ofício a produção de prova pericial.

28- Maria ajuizou ação indenizatória em face de José. Ao proferir a sentença, o juiz de primeiro grau julgou improcedente o pedido, apoiando-se na prova pericial. Inconformada, Maria interpôs recurso de apelação. A Primeira Turma Cível do Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, negou provimento ao apelo. Ao ser intimado do resultado do julgamento, Maria constatou que a sessão de julgamento ocorreu 24 (vinte e quatro) horas depois da publicação da pauta e não 48 (quarenta e oito) horas, conforme previsto no Código de Processo Civil. Publicado o acórdão que julgou a apelação no órgão oficial.

Assinalar a opção mais adequada ao caso.

- a) Maria opôs embargos de declaratórios, alegando erro material quando do julgamento do recurso de apelação por não ter atendido ao prazo previsto no diploma processual de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência à publicação da pauta.
- b) Maria interpôs recurso especial, com fundamento na alínea "a", do permissivo constitucional, alegando violação ao disposto no art. 552, § 2º, do Código de Processo Civil que diz expressamente: "*Entre a data da publicação da pauta e a sessão de julgamento mediará, pelo menos, o espaço de 48 (quarenta e oito) horas.*"
- c) Maria opôs embargos de declaração para fins de prequestionamento explícito do dispositivo do Código de Processo Civil (art. 552, § 2º), tendo sido eles rejeitados por não haver contradição, omissão ou obscuridade no acórdão embargado.
- d) Maria opôs embargos de declaração para fins de pré-questionamento da matéria relativa ao não-cumprimento do prazo para a publicação da pauta, sustentando que essa matéria teria surgido pela primeira vez no tribunal, quando do julgamento da apelação.
- e) Maria interpôs recurso especial, alegando violação ao dispositivo infraconstitucional (CPC, art. 552, § 2º) e postulando a anulação do acórdão recorrido por ter incorrido em *error in procedendo*, quando do julgamento do recurso de apelação.

29- Em face do ordenamento jurídico é correto afirmar que:

- a) em havendo pedidos cumulados, competirá ao magistrado analisar todos eles, para não incorrer em decisão *citra petita* corrigível pela via dos declaratórios.
- b) há decisão *extra petita* quando o juiz examina o pedido e aplica o direito com fundamentos diversos dos descritos na petição inicial.
- c) a sentença que julga além do pedido é nula, devendo outra ser proferida pelo juiz de primeiro grau. Se houver recurso dessa sentença, competirá ao tribunal reconhecer o *error in procedendo* e anular a sentença.
- d) ao proferir a sentença, tornando-a pública, poderá o magistrado alterá-la de ofício na hipótese do surgimento de fato superveniente, seja ele fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito, desde que intimadas às partes previamente.
- e) a arguição de questões relativas ao impedimento e à suspeição do juiz pode ocorrer a qualquer momento no curso do processo por elas serem matérias de ordem pública e por isso não são tidas como preclusivas.

30- João ajuizou ação reivindicatória em face de Maria e José, que são casados com regime de comunhão de bens. Após a realização das citações válidas, José não compareceu para apresentar contestação, tornando-se réu revel.

Assinalar a opção mais adequada ao caso.

- a) Diante da revelia constatada, os autos foram à conclusão, tendo o magistrado determinado o julgamento antecipado da lide.
- b) Na audiência, José, que não contestou a ação, alegou que os fatos afirmados pelo autor não são verdadeiros em razão de a contestação apresentada por Maria também ser aproveitada a ele.
- c) Ao sentenciar, o magistrado reconheceu a veracidade dos fatos afirmados pelo autor em relação ao réu José, considerando que os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos; os atos e as omissões de um não prejudicam nem beneficiarão os outros.
- d) Ao proferir sentença, o magistrado julgou procedente o pedido com relação à José por nada ter aproveitado a ele a contestação apresentada por Maria por não se tratar a hipótese de litisconsórcio unitário.
- e) Ao proferir sentença, o juiz julgou improcedente o pedido em face dos réus, não obstante tenha aproveitado a contestação apresentada por Maria também para José, visto que se tratava de litisconsórcio necessário unitário, o que repudia a veracidade dos fatos por ser um deles revel.

31- Pedro ajuíza ação reivindicatória em face de Paulo, que, no curso da demanda, aliena o imóvel discutido nessa ação a José, que pagou integralmente o valor, tornando-se o novo proprietário do imóvel.

Assinalar a proposição incorreta.

- a) Com a alienação do bem litigioso ocorrerá a sucessão processual, tornando-se o sucessor, que é José, parte na relação processual, desde que tenha a anuência da parte autora para o seu ingresso.
- b) O adquirente de coisa litigiosa por ato *inter vivos*, tanto no processo de execução, quanto no processo de conhecimento, não ganha, com a aquisição do bem, a qualidade de substituto processual.
- c) Na hipótese de o adquirente não se tornar parte no processo, poderá ele atuar no feito na qualidade de assistente litisconsorcial do alienante, auxiliando-o a vencer a causa.
- d) Com a venda do bem litigioso, o alienante deixará de atuar em nome próprio e em direito próprio para ser substituto processual, cuidando dos interesses do adquirente.
- e) A parte contrária concordando com a sucessão processual, o alienante sai do processo, sendo ainda alcançado pelos efeitos da sentença, não obstante o sucessor se tornar parte na relação processual.

32- Relativamente aos recursos em geral e aos seus princípios gerais e os efeitos, é incorreto afirmar que:

- a) pelo princípio da fungibilidade dos recursos é facultada a conversão de um recurso por outro, quando houver dúvida objetiva sobre qual o recurso cabível contra determinado pronunciamento judicial e não existindo erro grosseiro da parte na interposição do recurso errado.
- b) quando o recurso interposto é conhecido, a decisão e/ou acórdão substituirá a sentença e/ou a decisão recorrida, nos termos previstos no Código de Processo Civil.
- c) apelando contra a sentença proferida, o recorrente deixa de efetivar o preparo no prazo legal, invocando doença do seu advogado. O magistrado de primeiro grau defere o pedido e, por consequência, restitui o prazo. Mesmo inconformado, a parte contrária reconheceu que dessa decisão, que relevou a pena de deserção, não caberia recurso.
- d) após a interposição de um recurso, o recorrente solicitou ao magistrado do tribunal a desistência do recurso, tendo sido deferida de plano sem a oitiva da parte contrária.
- e) após a interposição de um recurso, o recorrente requereu ao magistrado do tribunal a renúncia ao direito suscitado no recurso, tendo sido deferido de plano sem a oitiva da parte contrária.

33- Maria ajuíza ação ordinária em face de João, pedindo a declaração de nulidade de cláusula contratual, em razão de cobrança de juros exorbitantes. O MM. juiz julgou procedente o pedido, apoiando-se nos princípios constitucionais aplicáveis à espécie. Apelou João, tendo o Tribunal negado provimento ao recurso. Dessa decisão, João, na qualidade de recorrente, interpôs recurso extraordinário, com base em duas alíneas do permissivo constitucional. O Presidente do tribunal intimou o recorrido para apresentar contra-razões ao recurso manejado. Diante da iminência de ser executada a decisão do tribunal recorrido, João solicitou efeito suspensivo ao recurso interposto.

Assinale a proposição incorreta.

- a) João postulou a atribuição do efeito suspensivo ao recurso extraordinário perante o tribunal estadual, visto que o Presidente do tribunal estadual não tinha ainda realizado o primeiro juízo de admissibilidade do extraordinário.
- b) João postulou a atribuição do efeito suspensivo ao recurso extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal, por considerar que, tendo sido admitido o extraordinário, a competência para tal pleito seria daquela Corte, conforme jurisprudência dominante.
- c) João postulou a atribuição do efeito suspensivo ao recurso extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal, visto que a decisão impugnada estava sumulada no tribunal recorrido, não obstante o Presidente do tribunal estadual ter determinado apenas a intimação do recorrido para apresentar contra-razões.
- d) João ajuizou ação cautelar perante o Supremo Tribunal Federal, a fim de suspender os efeitos da decisão impugnada, visto que o recurso extraordinário foi admitido na sua integralidade.

e) João ajuizou ação cautelar perante o Supremo Tribunal Federal, a fim de suspender os efeitos da decisão impugnada, visto que houve a admissibilidade parcial do recurso extraordinário interposto.

34- Com relação ao processo de execução, é correto afirmar que:

- a) tendo conteúdo condenatório, a sentença estrangeira homologada pelo Supremo Tribunal Federal é título executivo judicial, sendo competente para a sua execução o próprio Supremo Tribunal Federal.
- b) tendo conteúdo condenatório, a sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça é título executivo judicial, sendo competente para a sua execução o próprio Superior Tribunal de Justiça.
- c) tendo conteúdo condenatório, a sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça é título executivo judicial, sendo competente para a sua execução o juiz federal.
- d) ainda que a transação verse acerca de matéria alheia à ação pendente, constitui título executivo judicial, ensejando execução perante juízo diverso que homologou a decisão.
- e) o credor pode executar, no cível, a sentença penal condenatória contra o autor do delito e também contra as demais pessoas envolvidas independentemente de processo de conhecimento.

35- No procedimento cautelar, o requerente responde ao requerido pelo prejuízo que lhe causar a execução da medida.

Assinale a proposição incorreta.

- a) Se o magistrado julgar improcedente o pedido no processo principal.
- b) Se concedida liminarmente a medida cautelar, sem ouvir o réu, e o requerente não promover a citação do requerido em cinco dias.
- c) Se a parte não ajuizar a ação principal no prazo de trinta dias, contados da data da efetivação da medida cautelar.
- d) Se o juiz acolher, na ação principal, a alegação da decadência ou prescrição do direito do autor.
- e) Se ocorrer a cessação da eficácia da medida, por não ter sido ela executada dentro de trinta dias.

DIREITO PENAL

36- No crime qualificado pelo resultado, tem-se:

- a) dolo e dolo.
- b) culpa e dolo.
- c) culpa e culpa.
- d) dolo e culpa.
- e) responsabilidade objetiva.

37- Na fixação da pena *in concreto* o Juiz:

- a) está adstrito aos motivos narrados no art. 59 do Código Penal.
- b) pode considerar outros motivos além dos narrados no art. 59 do Código Penal.
- c) pode deixar a fixação do regime inicial de cumprimento da pena para ser considerado após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- d) não pode reconhecer a prescrição da pena *in concreto*.
- e) não pode considerar o exaurimento da infração penal.

38- Ary, proprietário de uma oficina de conserto de automóveis, sob ameaça de violência física, é compelido por seus empregados a fechar o estabelecimento, a fim de manifestarem-se, juntamente com outros colegas, na via pública, por majoração de salário.

Não fora declarada greve da categoria.

A hipótese configura crime de:

- a) atentado contra a liberdade do trabalho.
- b) boicote violento.
- c) constrangimento ilegal.
- d) ameaça.
- e) extorsão indireta.

39- Dirceu (capaz e imputável) falsifica documento público, alterando o conteúdo do original. Fê-lo de modo grosseiro, perceptível à primeira vista. Consegue, entretanto, obter indevida vantagem econômica porque Breno, deficiente mental, não percebeu o engodo.

A hipótese caracteriza:

- a) crime de falsificação de papéis públicos.
- b) crime impossível.
- c) estelionato.
- d) falsificação ideológica.
- e) fato atípico.

40- Augusto, servidor autárquico, alardeando prestígio, visando a obter vantagem econômica (dinheiro), convence Bernardo a entregar-lhe determinada quantia, a pretexto de influenciar um determinado funcionário da justiça, no exercício da função, a deferir a pretensão exposta.

Na hipótese, a conduta de Augusto configura:

- a) peculato mediante erro de outrem.
- b) crime de corrupção ativa.
- c) crime de corrupção passiva.
- d) advocacia administrativa.
- e) crime de tráfico de influência.

DIREITO COMERCIAL

41- Havendo acordo de voto entre acionistas de uma companhia aberta,

- a) cada um e todos os votantes respondem, individualmente, pelos efeitos das decisões aprovadas nos colegiados de que façam parte.
- b) o voto contrário ao acordo representa sua denúncia pelo declarante, acionista ou delegado.
- c) a ausência de qualquer membro do colegiado vinculado pelo acordo de voto é ineficaz para fins de rejeição de propostas.
- d) as medidas aprovadas nas deliberações de cada órgão colegiado não são passíveis de revisão por outra instância, se dentro das previsões do acordo.
- e) tem-se o controle compartilhado, do que decorre a solidariedade pelos efeitos das ações administrativas.

42- A disciplina geral dos títulos de crédito, declarações unilaterais, prevista no Código Civil de 2002 permite afirmar que:

- a) todos os títulos de crédito ficam sujeitos às novas regras.
- b) desaparece a tipicidade fechada em matéria de títulos de crédito.
- c) a autonomia privada e a atipicidade dos títulos se restringe ao emprego dos meios eletrônicos para a criação e emissão de títulos atípicos.
- d) as novas regras permitem criar títulos que somem características do cheque e do *warrant*.
- e) as novas regras apenas aperfeiçoam a matéria, sem impor cuidados maiores aos operadores do Direito.

43- A nova lei de recuperação e falências – Lei nº 11.101/2005, no que diz respeito à reorganização judicial da empresa em crise,

- a) dá aos credores titulares de créditos quirografários direito de se oporem às decisões de interesse de empregados.
- b) divide os credores em grupos de interesses homogêneos para facilitar a tomada de decisões.
- c) trata os empregados como credores especiais.
- d) cria um modelo de cooperação entre empresário e credores, voluntários e involuntários.
- e) pretende privilegiar a continuidade da atividade em relação a outros interesses, inclusive os do fisco.

44- O Código de Defesa do Consumidor, quando dispõe sobre a desconsideração da personalidade jurídica,

- a) pretende incentivar os produtores a agirem de forma transparente para não serem solidariamente responsabilizados por danos causados pelos produtos ou serviços postos em circulação no mercado.
- b) privilegia o consumidor em detrimento de outros credores da atividade.
- c) reduz as garantias patrimoniais dos trabalhadores.
- d) inova no campo da tutela individual.
- e) amplia a responsabilidade dos produtores sem levar em conta os efeitos no mercado.

45- No caso em que uma aeronave necessite fazer um pouso forçado e não seja possível o seu reparo para prosseguimento no mesmo dia,

- a) cessa a responsabilidade do Comandante quando a tripulação deixa o local do aeroporto.
- b) a autoridade do Comandante como chefe da tripulação persiste mesmo que as autoridades aeroportuárias tomem as medidas necessárias para a segurança da própria aeronave, das pessoas e das coisas transportadas.
- c) o Comandante se responsabiliza pela hospedagem e alimentação da tripulação até a conclusão da viagem, uma vez reparada a aeronave.
- d) cada membro da tripulação permanece responsável pelos assuntos relacionados com a sua respectiva área técnica.
- e) a responsabilidade do Comandante no tocante à tripulação sempre se inicia quando se apresenta para o voo e somente termina com a conclusão efetiva da viagem, tal como previsto no plano de voo.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

46- A propósito da personalidade jurídica do Estado e das organizações internacionais, na percepção da doutrina, especialmente em Francisco Rezek, pode-se afirmar que:

- a) a personalidade jurídica do Estado é originária e a personalidade jurídica das organizações internacionais é derivada.
- b) porque o Estado tem precedência histórica, sua personalidade jurídica é derivada; e porque as organizações resultam de uma elaboração jurídica resultante da vontade de alguns Estados, sua personalidade jurídica é originária.
- c) a personalidade jurídica do Estado fundamenta-se em concepções clássicas de Direito Público, formatando-se como realidade jurídica e política; a personalidade jurídica das organizações internacionais centra-se na atuação de indivíduos e de empresas, que lhes conferem personalidade normativa, assumindo feições públicas e privadas.
- d) a personalidade jurídica do Estado é definida por seus elementos normativos internos, aceitos na ordem internacional por tratados constitutivos de relações nas esferas públicas e privadas; a personalidade jurídica das organizações internacionais decorre da fragmentação conceitual do Estado contemporâneo, decorrência direta de crises de ingovernabilidade sistêmica e de legitimidade ameaçada pelo movimento de globalização; não se lhes aplicam referenciais convencionais, e conseqüentemente não se vislumbram personalidades jurídicas distintas.
- e) o direito das gentes não identifica a personalidade jurídica das organizações internacionais, dado que aplicado, especialmente, aos Estados, que detém natureza jurídica definida por elementos de Direito Público.

47- O Parlamento Europeu, comparando-se seu regime de competências com os vários parlamentos nacionais, apresenta-se como

- a) detentor de competências e de capacidades idênticas às dos parlamentos nacionais, dentro e fora da Europa, dado que exerce múnus legislativo absoluto, conforme identificado nos vários tratados da União Européia, sendo o Parlamento Europeu responsável por toda a produção legislativa comunitária.
- b) detentor de competências e de capacidades similares e não totalmente idênticas às dos demais parlamentos nacionais, dentro e fora da Europa, porque proibido de exercer múnus executivo, função que modernamente alguns parlamentos desempenham de modo indireto.
- c) detentor de competências e de capacidades similares porém não totalmente idênticas às dos demais parlamentos nacionais, dentro e fora da Europa, porque proibido de exercer múnus judiciário, função que modernamente alguns parlamentos desempenham de modo indireto.

- d) o Parlamento Europeu, ao contrário do que a sua denominação parece indicar, não exerce funções absolutamente idênticas às dos órgãos legislativos nos direitos internos; o Parlamento Europeu não tem competência para praticar atos materialmente legislativos, habilitação atribuída ao Conselho em âmbito específico ou à Comissão, mediante delegação; de fato, o Parlamento Europeu não dispõe do poder de iniciativa legislativa, embora possa suscitá-la perante a Comissão.
- e) o Parlamento Europeu caracteriza-se de modo distinto dos parlamentos nacionais, dentro e fora da Europa, porque não detém competência para participar do orçamento da União Europeia; de tal modo, o esvaziamento de sua ação orçamentária o faz um parlamento *sui generis*.
- 48- Em face de eventual antinomia entre tratado internacional e lei nacional posterior, excetuadas algumas situações particulares do direito brasileiro, o Supremo Tribunal Federal assentou posição distinta de outros modelos, a exemplo do modelo norte-americano, quando de setembro de 1975 a junho de 1977 estendeu-se no plenário discussão em torno do Recurso Extraordinário 80.004/SE, julgado em 1º de junho de 1977, relatado pelo Ministro Xavier de Albuquerque, e se decidiu que
- a) por conta de compromissos internacionais assumidos no plano dos tratados, esses prevaleceriam em detrimento de lei interna posterior.
- b) ante a realidade de conflito entre tratado internacional e lei interna posterior, deveria prevalecer essa última, porque expressão legítima da vontade do legislador, não obstante as conseqüências pelo não cumprimento do tratado, no plano do direito das gentes.
- c) os tratados teriam preferência sobre a legislação interna, exceto quando regulamentassem matérias ligadas à proteção de direitos humanos, de direito ambiental e relativas ao implemento de convenções internacionais sobre assuntos diplomáticos.
- d) haveria paridade absoluta entre tratado internacional e lei interna, dado que ambas as espécies normativas fazem parte do processo legislativo definido pela Constituição então vigente; de acordo com a referida decisão deveria prevalecer a norma posterior, tratado ou lei interna, que absorveria e revogaria a anterior.
- e) tratados internacionais teriam preferência sobre lei interna posterior apenas quando incorporados no direito interno como leis complementares, de modo que nessa qualidade assumiriam condição de superioridade normativa, à luz da teoria kelseniana do escalonamento das normas.
- 49- O Direito Comunitário Europeu, nos termos do Tratado Constitucional que se consolida, em âmbito de proteção do trabalhador em caso de despedida sem justa causa, tende a plasmar norma que
- a) indica que a proteção do trabalhador, relativa à despedida sem justa causa, é matéria de direito interno, de modo que não há previsão de Direito Comunitário que possa regulamentar o direito.
- b) consagra o liberalismo econômico, decorrente do Consenso de Washington, na medida em que não prevê nenhum tipo de proteção à despedida sem justa causa.
- c) consubstancia o modelo do Estado de bem-estar social, proibindo terminantemente que os Estados pactuantes autorizem qualquer contratado de trabalho que admita a despedida sem justa causa.
- d) indica que a proteção do trabalhador, relativa à despedida sem justa causa, é matéria de Direito Comunitário, embora pendente de regulamentação superveniente à adoção do Tratado Constitucional.
- e) consagra princípio que dá conta de que todos os trabalhadores têm direito à proteção contra a despedida sem justa causa, de acordo com o direito da União e com as legislações e práticas nacionais.
- 50- Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil são brasileiros naturalizados:
- a) os que, na forma de lei complementar, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto.
- b) os que, na forma de lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa comprovação de idoneidade moral e de inexistência de condenação penal com trânsito em julgado.
- c) os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- d) os portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, a quem são atribuídos todos os direitos inerentes a brasileiros, sem limitações, exceto o exercício de cargos de chefia no executivo, no legislativo e no judiciário.
- e) todos quantos requeiram a nacionalidade brasileira, a qualquer tempo, e sem limitações substanciais, dado que nosso texto constitucional não estabelece distinções entre brasileiros natos e naturalizados.